

MASSORACA: APRENDIZAGEM COLETIVA E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO DA BAHIA

Jean Philippe Tonneau¹
Pedro Carlos Gama da Silva²

Introdução

Massaroca é o nome de um pequeno distrito do município de Juazeiro, sertão da Bahia. A pequena região em torno da sede deste distrito foi, durante quinze anos, palco de uma série de ações de pesquisa, formação e apoio à Agricultura Familiar. Para tanto, inspirado em experiências de desenvolvimento local, foi desenvolvido um projeto no qual se associaram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -Embrapa, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia -Emater-BA, a Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária -Adac e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad)³. Entretanto, os principais atores desta “história de desenvolvimento local” são agricultores e criadores de caprinos e ovinos que, em 1987, quando começou a intervenção das instituições de pesquisa e de extensão, estavam recém-organizados em associações comunitárias.

O distrito Massaroca, hoje, para muitos dos seus atores, é sinônimo de “Projeto Massaroca”. Este termo genérico perpassa os conceitos de programas de intervenção, de sistemas de financiamento ou de convênios de cooperação. Além do projeto de cooperação Cirad-Embrapa, houve vários projetos de financiamento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e muitos outros projetos formais conduzidos pelas demais instituições que atuavam na região. A maioria dessas ações já terminou há algum tempo, mas o “Projeto Massaroca” continua vivo e evolutivo.

Tanscorridos mais de quinze anos do início do Projeto, a sua permanência neste conceito é fruto de um processo que privilegiou uma abordagem construtivista integrando os diferentes atores em torno de um objetivo comum: o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população local. Procurou-se manter uma dinâmica interativa com base

¹ Pesquisador do CIRAD, e-mail: tonneau@cirad.fr

² Pesquisador da Embrapa Semi-Árido, e-mail: pgama@cpatsa.embrapa.br

³ A Embrapa participou através do seu Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), atualmente Embrapa Semi-Árido. A Emater-BA deu origem à atual Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA).

no diálogo, favorecendo o intercâmbio do “saber fazer” e de conhecimentos entre organizações dos produtores e instituições de pesquisa, formação e desenvolvimento.

Os atores mudaram. Algumas instituições do Estado foram praticamente substituídas pelas ações das ONGs e de uma cooperação direta que foi estabelecida com os agricultores franceses e os de Massaroca. A natureza das ações modificou-se. A transformação técnica e os investimentos dos primeiros anos de intervenção perderam, relativamente, importância para o manejo dos meios e dos recursos materiais e humanos disponíveis, a formação técnica e a educação dos anos subsequentes. .

Paralelamente, as relações sociais evoluíram no âmbito das comunidades. A trajetória dessa evolução pode ser expressa nos termos "das comunidades às associações e ao território". Eles traduzem mudanças nas formas de organização social e, também, na evolução da realidade e dos paradigmas do desenvolvimento, que o Brasil conheceu nestes últimos vinte anos, quais sejam: a negação total do tradicional como atrasado, a formação para modernização técnica competitiva, a revalorização dos saberes para construção de territórios específicos em função dos recursos disponíveis. Em outras palavras, isso representou marginalização, integração econômica e desenvolvimento sustentável.

Nesta evolução do enfoque de aprendizagem coletiva e de organização, qual foi o papel que o projeto desempenhou e procurou manter ao longo da sua existência? Quais foram as influências recíprocas entre a intervenção e a evolução da sociedade de Massaroca? Como se operaram os ajustes entre a dinâmica social interna e os intervenientes exteriores? São estas, entre outras, as questões que se pretende responder neste artigo. Para tanto, se apresenta, na seqüência a seguir, o contexto institucional do projeto, a realidade das comunidades e das associações no início do projeto, as ações do projeto numa primeira fase, as dificuldades desta fase de investimento e de construção e, finalmente, os novos rumos dados às ações.

O intuito é fornecer alguns elementos de uma realidade que evoluiu e continua evoluindo rapidamente, no ritmo das transformações recentes que vêm ocorrendo no Nordeste. Espera-se que uma reflexão proveniente desta experiência antiga ofereça elementos para o debate sobre o futuro da agricultura familiar e sobre os meios e formas de intervenções necessárias para a sua consolidação.

O contexto institucional

A experiência de Massaroca foi conduzida a partir de um contrato de cooperação

entre o Cirad-Sar e a Embrapa Semi-Árido. Este Centro de pesquisa, criado em 1975, tinha entre seus objetivos a geração e a difusão das técnicas e tecnologias agronômicas necessárias ao desenvolvimento e à modernização dos estabelecimentos agrícolas do trópico semi-árido do Nordeste brasileiro.

Depois de uma fase de pesquisa em estação (1974-1980) calcada na geração e na adaptação de algumas tecnologias trazidas de outras zonas áridas (forragens, barragem subterrânea, cisternas, entre outras), o Centro passou a se preocupar com a difusão destas tecnologias no meio real. O público alvo, no quadro do Projeto Sertanejo, eram os pequenos produtores do Nordeste.

Para atingir este objetivo, um programa de pesquisa em meio real foi lançado na região em torno do município de Ouricuri, no oeste do estado de Pernambuco, a 200 km de Petrolina. Esta região de estudo, com uma superfície de 8.500 km², foi escolhida devido à diversidade das situações agroecológicas que ela comportava, considerada como representativa do conjunto do semi-árido nordestino (Kilian, 1980; Mantovani et al., 1986).

Um trabalho minucioso de identificação dos recursos naturais e dos sistemas de produção foi realizado entre 1980 e 1986. Tinha como ambição caracterizar as diversidades ecológicas e sociais da região. Seis propriedades foram escolhidas para uma intervenção técnica destinada a resolver o conjunto dos problemas da propriedade. Esta intervenção foi desenvolvida e recebeu o nome de "Sistema Integrado de Produção".

A experiência, que começou em 1984, teve sua primeira avaliação três anos depois. Tonneau (1987) apontou uma série de dificuldades:

- A escolha das técnicas tinha ficado limitada aos domínios das competências dos pesquisadores da Embrapa Semi-Árido e não atendiam ao conjunto das necessidades dos produtores;
- As tecnologias tinham sido elaboradas na estação experimental, em condições ideais, e eram marcadas por uma vontade de transformação e de modernização;
- A adaptação consistia em recriar artificialmente estas condições ótimas por uma injeção significativa de capital, incompatível com as condições das políticas agrárias existentes;
- Apesar de alguns sucessos técnicos, a difusão ficava limitada.

As conclusões da avaliação apontam para a necessidade de elaborar uma proposta

mais ambiciosa, envolvendo a associação dos produtores na definição de inovações para modificar o ambiente institucional e social necessário à adoção das tecnologias. Esta proposição encontrou a adesão da Emater-BA, que manifestava a vontade de renovar os seus métodos de intervenção devido à complexidade, à diversidade das situações de intervenção e à ausência de políticas agrárias bem definidas.

As três instituições (Embrapa Semi-Árido, Emater-BA e Cirad) decidiram associar-se numa operação-piloto, no distrito de Massaroca. A zona foi escolhida em função de um trabalho que a Emater-BA realizava naquela localidade de apoio à constituição de associações nas comunidades rurais.

A partir de 1987 as diferentes instituições mobilizaram uma equipe de três técnicos, engajados de maneira permanente na operação. Esta equipe foi complementada de acordo com as necessidades dos trabalhos, por outros técnicos, mobilizados em função das competências específicas requeridas. A primeira fase do trabalho foi dedicada a um diagnóstico que permitiu caracterizar as dinâmicas agrárias.

As dinâmicas agrárias: *Limitações e potencialidades dos sistemas de produção*

O distrito de Massaroca está situado no sertão baiano, a 70 km da cidade de Juazeiro-BA, uma das cidades mais antigas do interior do Nordeste, localizada em pleno polígono das secas. As secas são a tradução dos fenômenos climáticos, mas, também, de crises sociais e políticas.

Como todo o sertão, o distrito de Massaroca foi colonizado em decorrência da pecuária. Grandes latifúndios ocupavam o espaço. A crise das economias açucareira nordestina e mineradora no Estado das Minas Gerais reduziu a demanda em boi de tração à demanda de carne. Em consequência, minguaram as possibilidades de investimentos na atividade pecuária que predominava em todo o interior nordestino, principalmente na região de influência do rio São Francisco, levando ao desaparecimento, a partir de 1850, de um grande número de grandes propriedades de pecuária extensiva.

Os vaqueiros das antigas fazendas de gado se instalaram nos espaços vazios deixados por elas. As comunidades atuais ainda carregam os nomes dessas antigas fazendas: Fazenda Lagoinha, Fazenda Cipó, etc. O distrito de Massaroca é fruto desse processo de regressão da economia regional, que está intimamente associado ao declínio econômico da cidade de Juazeiro. Pouco a pouco, Massaroca entrou numa economia de auto-subsistência,

organizada em torno da pecuária de pequeno porte e de uma agricultura de subsistência.

No decorrer dos anos, a população em crescimento se instalou na região em regime de autarquia. A atividade principal passou a ser a criação de caprinos, que se torna possível por causa da existência de vastas zonas de vegetação de propriedade comunitária: *os fundos de pasto*. Os filhos, normalmente numerosos, reproduzem de modo idêntico os sistemas de produção praticados pelos pais. O tamanho do rebanho aumentou proporcionalmente à população humana até quando os recursos naturais disponíveis permitiram. Quando estes recursos ficaram insuficientes, tiveram início os tempos de crises, da migração para São Paulo e da descapitalização que leva parte da população à miséria. O sertão em geral, e Massaroca, em particular, se tornam um reservatório de mão-de-obra.

A migração teve conseqüências importantes:

- O contato com novas realidades se traduz numa vontade de "mudar as coisas";
- Um fluxo monetário rega a região. De volta à sua terra natal, os homens se casam, adquirem propriedades e investem. Os primeiros retornos coincidem com a expansão do uso do arame farpado na construção de cercas. Um pouco mais tarde, as culturas forrageiras perenes como algaroba (*Prosopis juliflora*) e capim buffel (*Cenchrus ciliaris*) se difundem. O mesmo ocorre com a palma forrageira (*Opuntia* sp.), que foi introduzida na região nos anos 50.

As economias acumuladas em São Paulo, com o trabalho na construção civil, são usadas para a compra de terras, de animais e do arame farpado. Cercar, desmatar e plantar forragem são as ações centrais do processo de capitalização. Até que a propriedade ficasse consolidada, com uma reserva forrageira importante, a estratégia do agricultor estava sujeita ao fracasso, desde que a seca se prolongasse. Neste caso, a descapitalização era quase inevitável: seja pela descapitalização monetária, seja pela redução do rebanho e dos recursos forrageiros.

A dificuldade deste processo de capitalização se traduziu diretamente na tipologia dos produtores, que está ligada ao ciclo de vida dos mesmos e de suas famílias. Os produtores mais capitalizados, normalmente, são aqueles de idade média, que dispõem de mão-de-obra familiar. Mas o capital disponível quase sempre não é suficiente para transmissão aos filhos, que devem, a cada geração, retomar o processo de capitalização.

A seca de 1979 teve como conseqüência a descapitalização da maioria das

propriedades. Para os produtores que tinham conseguido comprar terras e animais, faltavam-lhes o dinheiro para a infra-estrutura : cercas e aguadas, entre outras.

Organização e política pública

Retornar novamente para São Paulo em busca de oportunidades de emprego ou aproveitar as ajudas governamentais no Nordeste depois da seca eram o grande dilema da maioria dos agricultores? A igreja e as comunidades eclesiais de base e a recente intervenção da Emater-BA tinham estimulado os primeiros movimentos de organização dos produtores. Nove associações foram criadas no distrito de Massaroca entre 1982 e 1985. A criação das associações de produtores dotou as comunidades de uma estrutura legal de representação. A existência jurídica das associações permitiu, também, o acesso ao financiamento de equipamentos coletivos e individuais, viabilizados pelos programas de auxílio ou de desenvolvimento do governo federal. O principal delas foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), financiado pelo Banco Mundial e implementado pela Sudene.

Apesar de todas as dificuldades, o projeto era inovador. Propunha-se a apoiar diretamente as associações e os produtores, com o objetivo de consolidar as estruturas comunitárias e as propriedades, financiando, principalmente, aguadas, cercas e forragens.

O PAPP pretendia, também, inovar no domínio dos métodos e instrumentos de intervenção. Fazia, implicitamente, referências às teorias de *Farming Systems*, Pesquisa-Desenvolvimento e participação popular. A grande dificuldade era a implementação destas orientações por técnicos que desconheciam quase totalmente esses princípios e métodos. No quadro do Programa, a Embrapa Semi-Árido ficou responsável pelo apoio metodológico às diferentes instituições dos sistemas estaduais de pesquisa e de extensão rural da região. Nesta perspectiva, Massaroca foi concebida, também, como um local de produção de referências, permitindo a divulgação e formação metodológica dos técnicos destas instituições.

Elaboração do projeto (1987-1988)

As estratégias

Para consolidar as associações, os técnicos das instituições envolvidas na região de Massaroca procuravam contratualizar as relações entre as comunidades, os municípios, o

Estado e as seus órgãos, num plano de longo prazo, que traduziria perspectivas e ações prospectivas de desenvolvimento.

Pretendia-se, também, “quebrar” as antigas relações de clientelismo, típicas das práticas políticas adotadas na região nordestina. As ajudas obtidas deviam ser colocadas a serviço do desenvolvimento econômico da região. A finalidade principal era evitar cair, na medida do possível, na repetição de projetos comunitários restritos aos aspectos sociais (saúde, educação, infra-estruturas).

Os objetivos eram duplos: o reconhecimento das dinâmicas camponesas pelo Estado (sob as suas diversas formas) e a negociação com os seus serviços. A relação com o Estado e a sua estrutura de apoio ao desenvolvimento agropecuário era o centro das ações e de atuação que se pretendia.

Para aplicar estas orientações, foi escolhida uma abordagem de desenvolvimento, inspirada nas experiências francesas de planeamento local (Monet, 1976). A produção de informação e a sua difusão estavam no centro da estratégia. Deviam favorecer os processos de aprendizagem individuais e coletivos. Foram estes princípios que nortearam a primeira fase de elaboração do projeto (1987-89).

As etapas da elaboração e da realização do projeto foram bem definidas: diagnóstico, elaboração de um programa de trabalho por meio de grupos de interesses, experimentação e difusão de inovações, acompanhamento e avaliação.

O diagnóstico participativo

Um diagnóstico rápido foi realizado, baseado na sistematização dos conhecimentos dos produtores e das observações dos técnicos. Apoiou-se na análise do discurso do agricultor, na sua visão e na sua percepção da realidade. O campo de estudo contemplou o conjunto da população e das suas atividades (a organização social, o meio natural, as unidades de produção, as relações com o exterior, etc.). Os principais produtos do diagnóstico foram:

- Um zoneamento da área de atuação (uso e vocação dos solos). A análise geo-ambiental foi experimentada pela primeira vez em Massaroca como instrumento metodológico a serviço do planeamento e da extensão rural (Riche e Tonneau, 1989);
- Uma caracterização dos diferentes tipos de produtores (tipologia);
- Uma hierarquização dos problemas em função da diversidade dos meios físico e social, em particular das “estratégias de ação” diferenciadas segundo as zonas e os

tipos de produtores.

Os grupos de interesse

O grupo de interesse constitui uma estrutura de diálogo entre produtores, agentes de desenvolvimento e pesquisadores, em torno de problemas identificados pelo diagnóstico. Vários grupos foram criados para constituir pólos de discussão, de intercâmbio e de experimentação em condições reais, em torno dos principais problemas identificados. Os grupos de interesse tinham como tarefas:

- a elaboração de um plano de intervenção, mobilizando os recursos materiais e humanos em torno de um problema identificado;
- o acompanhamento da execução das ações programadas, assim como a participação na avaliação e definição das modificações necessárias;
- a difusão da informação coletada e dos resultados do grupo para o conjunto dos membros da comunidade ou da organização local.

O projeto global de desenvolvimento

Os temas discutidos e definidos nos diversos grupos de interesse resultaram na elaboração de um projeto de desenvolvimento global, cujas linhas centrais foram a criação e a validação de inovações técnicas, econômicas e organizacionais. Este projeto, sistematizado pela intervenção, foi discutido pelo conjunto da comunidade e dos parceiros externos. O projeto definiu as prioridades de trabalho e de financiamento e a repartição dos papéis e das tarefas entre os diferentes atores. Em particular, formalizou a demanda dos produtores em relação à assistência técnica. Essa discussão permitiu, também, a harmonização das ações dos diversos grupos de interesse e das instituições envolvidas. O projeto definitivo foi organizado em quatro eixos.

O primeiro eixo tinha como objetivo *favorecer a transformação do espaço*. Para isso, previa :

- realizar investimentos hídricos para cobrir as necessidades de água tanto da população

como dos animais. A alocação destes investimentos devia permitir um melhor aproveitamento dos pastos;

- garantir a titulação individual e coletiva das terras;
- facilitar a instalação dos jovens, mobilizando ajudas específicas;
- favorecer o processo de “cercar o espaço” (financiamento para arame e diminuição dos custos).

O segundo eixo estava ligado ao *aumento da produtividade* dos sistemas técnicos agrícolas (variedades mais resistentes à seca, itinerários técnicos do tipo “*dry farming*” e irrigação, entre outros) e pecuários (manejo sanitário e alimentar do rebanho, manejo dos pastos, entre outros).

Os objetivos do terceiro eixo eram *diversificar as atividades* (apicultura, avicultura, artesanato, entre outras) e *valorizar* os produtos pela comercialização direta.

Finalmente, o quarto eixo, “*condução e manejo do projeto*”, pretendia desenvolver a capacidade dos agricultores de decidir o seu futuro. Foi previsto um dispositivo de monitoramento e de apoio às instâncias de decisão.

As ações do primeiro eixo eram bem definidas. As soluções exigiam, sobretudo, financiamento. Para os demais eixos, as ações eram mais difíceis. As soluções deviam ser criadas e eram do domínio da pesquisa técnica ou institucional

Um processo organizativo

Experimentação e organização

Numa primeira fase do projeto, a maior parte das atividades, foi consagrada às experimentações técnicas que tinham como objetivo assegurar as atividades de pecuária e criar pólos agrícolas intensivos (pequena irrigação, por exemplo). Esta orientação “experimental” não deve surpreender: a reflexão em torno da inovação técnica era o enfoque principal do projeto conduzido por uma instituição de pesquisa.

A partir destas experimentações se pretendia desenvolver um processo global de desenvolvimento que tratasse de questões técnicas, sociais, financeiras e organizacionais. Assim, um sistema de crédito, manejado pelo Comitê dos agricultores, permitiu financiar a instalação de superfícies forrageiras. A experimentação era percebida como um processo de aprendizagem que queria contribuir para a autonomia dos agricultores a partir de uma

complexificação progressiva dos trabalhos.

As propostas técnicas identificadas pelos grupos de interesse foram as mais variadas. De Choudens (1992) levantou 24 inovações técnicas experimentadas no distrito de Massaroca: manejo animal (farmácia veterinária, pastagem rotativa, cerca elétrica); agricultura de sequeiro (variedades de milho, feijão e melancia; uso de adubos); novas espécies ou variedades forrageiras (guandu: *Cajanus cajan*; leucena: *Leucaena leucocephala*; capim buffel: *Cenchrus ciliaris*; palma forrageira: *Opuntia sp.*); técnicas de alimentação animal (feno, mineralização, raspa de mandioca, entre outras); técnicas de irrigação com energia eólica (cata-vento) e hortifruticultura.

Segundo a avaliação de De Choudens (1992), a adoção das propostas foi diferenciada. As tecnologias que demonstraram eficiência, que podiam se integrar na lógica dominante de ocupação do espaço, foram aceitas e mobilizaram os agricultores.

As hipóteses do trabalho foram confirmadas na primeira avaliação realizada em 1992. Segundo De Choudens (1992), a organização das comunidades é, neste momento, o resultado mais importante do projeto. Os sistemas de produção mais eficientes estão nas comunidades mais dinâmicas, onde a circulação da informação foi maior. Os inquéritos de opinião nas comunidades indicam que 75 % dos produtores tinham uma boa opinião das suas associações.

A principal manifestação deste sucesso organizacional foi a criação do Comitê de Maçaroca, que nasceu de uma viagem de intercâmbio de alguns dirigentes das associações comunitárias à França, para uma visita aos agricultores da região de Montpellier, organizados no seio do Comitê des Hautes Garrigues. Ao retornarem da viagem, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM) nasce com o objetivo de conjugar os esforços das nove comunidades para implementar uma série de projetos de desenvolvimento de interesse global para a população local, tanto do ponto de vista da produção agropecuária, como dos aspectos sócio-econômicos.

O Comitê teve a sua primeira atuação ligada ao projeto de crédito rural. Esta experiência foi possível graças à obtenção, junto à Cooperação Francesa, de um fundo financeiro rotativo. Em seguida, a divulgação da experiência de Pesquisa e Desenvolvimento, feita pelos órgãos de assistência técnica e de pesquisa, trouxe uma emissora de televisão nacional, a Rede Globo, a Massaroca, mostrando para todo o país, por meio do programa "Globo Rural", a experiência do Comitê. Isso veio reforçar a sua "legitimidade" em nível regional.

Este auge de reconhecimento coincidiu, também, com um momento de inflexão que daria início a um período de fraca atividade. A partir de 1991, as nove associações comunitárias entraram, de certo modo, num período de latência, para não dizer de regressão.

Diversas causas foram identificadas para explicar esse problema. A centralização das decisões, ações e informações que diziam respeito ao Comitê foi a mais invocada. Houve, na opinião de muitos sócios, uma falta de circulação da informação do Comitê para as associações, e no seio das mesmas associações.

As dificuldades de financiamento aparecem neste momento com o fim dos financiamentos comunitários do PAPP e com o sistema de financiamento do Comitê, que passou por problemas de gestão do fundo rotativo.

Enfim, depois de quatro anos de trabalho, as instituições ficaram preocupadas com as condições de difusão geográfica dos resultados. De fato, houve uma reorientação que afastou a equipe técnica de Massaroca, mas inspirou experiências pioneiras na região, como o Zoneamento Agroecológico do Nordeste (Silva et al., 1992), a Unidade de Planejamento Agropecuário Municipal de Juazeiro (Santana et al., 1994; Tonneau, 1994) e a Unidade Regional de Capacitação e Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste - URCA Nordeste (Caron, 1998; URCA-NE, 1994; Silva et al., 1995).

No mesmo período, entre 1991 e 1992, o projeto Massaroca passou por um processo de avaliação externa (De Choudens, 1992). Tratava-se de verificar a coerência dos métodos e dos resultados em relação aos objetivos iniciais do Projeto Global de Desenvolvimento e, eventualmente, de proceder às reorientações em função de evoluções específicas, erros ou mudanças de contexto. Neste período, foram desenvolvidos vários estudos para entender melhor as dificuldades do processo: estudos da trajetória de desenvolvimento do distrito de Massaroca (Sabourin et al., 1996), estudo sobre os sistemas de conhecimento local (Sabourin e Tonneau, 1998) e estudos sobre as cadeias produtivas (Sautier et al., 1998).

Apesar do interesse universitário, estes estudos não resolveram o principal problema, que era o enfraquecimento do Comitê.

Animação e gestão

Depois de dois anos de desestímulo, o trabalho de animação foi retomado. Os parceiros mudaram. A cooperação descentralizada com os agricultores franceses do Comitê des Hautes Garrigues começou em 1987. Viagens permitiram trocas de experiências que culminaram na criação de uma exploração agrícola nas zonas irrigadas, em 1992. Esta

exploração agrícola tinha dois objetivos. O primeiro era pedagógico: formação dos jovens em técnicas de irrigação. O segundo era financeiro: os lucros obtidos com os investimentos realizados pelos fundos de origens privada e pública, o apoio técnico dos agricultores franceses e o mercado financeiro, são reinvestidos nas comunidades. Transportes e escolas passaram a ser financiados com essas rendas. Uma parte dela era consagrada à retomada do processo de animação da organização dos agricultores. Uma associação, a Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária do Vale do São Francisco - Adac, passa a ser responsável por esta animação.

As prioridades desta animação eram identificadas em termos de apoio à dinâmica associativa, de capacitação profissional, de autonomização das organizações locais, e de reforço da capacidade de planejamento. Frente ao não funcionamento das regras adotadas com o entusiasmo do processo de organização dos anos 1987-90, havia uma forte tentativa entre os técnicos, de oferecer “novas regras”, “soluções pré-fabricadas”, em outras palavras, receitas: um regulamento para o Comitê; cursos de associativismo; planilhas e calendários para o ressarcimento do crédito; plano de experimentação. Felizmente, o espírito do Projeto Global de Desenvolvimento continuava presente. E, apesar das mágoas recíprocas entre agricultores e técnicos, todos partiram para o diálogo com o intuito de criarem juntos respostas para velhos e novos problemas.

Foi experimentado um sistema de planejamento participativo, baseado na atualização do diagnóstico das comunidades. Os mesmos princípios metodológicos adotados desde o início do projeto foram aplicados: a análise da situação e das necessidades, a restituição, a identificação/hierarquização de problemas e soluções, a formulação de um plano local e, finalmente, a reorganização da associação para a execução do plano.

O processo foi implementado essencialmente a partir de assembléias onde eram convidados os membros da comunidade, sócios ou não da associação. Geralmente, eram necessárias, pelo menos, três assembléias ou sessões: uma para a restituição dos resultados da atualização do diagnóstico e do levantamento de necessidades, outra para a discussão dos problemas, hierarquização e procura de soluções ou propostas e, finalmente, uma ou várias reuniões para transformar as propostas em planos operacionais. Nesta oportunidade, era lançada uma discussão sobre o papel e a responsabilidade da associação na execução dos planos e projetos.

O processo proporcionou uma conscientização quanto à importância do acesso à informação e de sua circulação, com conseqüências concretas em relação à cobrança das

diretorias, inclusive do Comitê, e a nomeação de novos delegados da comunidade junto ao mesmo.

Durante esse processo de definição de responsabilidades e de emancipação da organização local, houve um melhor entendimento das relações entre técnicos (Pesquisa e Desenvolvimento) e produtores, assim como um esclarecimento das funções, do papel e dos limites de cada indivíduo.

Uma nova programação

A partir de 1994-95, os grupos de interesse reapareceram em Massaroca na forma de comissão, assim como, a retomada da reflexão sobre o futuro. Houve, ao mesmo tempo, uma dinâmica de abertura temática para outros aspectos do desenvolvimento rural (saúde, educação, gestão) e um processo de institucionalização da maioria das atividades das organizações, em particular do CAAM.

Quatro comissões foram criadas: crédito, lote irrigado, educação e equipamentos coletivos (caminhão, trator, etc.). Uma comissão de produção agropecuária não foi criada ainda, tendo as suas funções assumidas pela direção do Comitê. O referido comitê motivou novas atividades técnicas para as quais solicitou o apoio da pesquisa e da extensão. Houve, assim, um trabalho sobre a valorização econômica da pecuária (carne, couro e peles) e em torno da pequena irrigação a partir de poços com motores elétricos e cata-ventos, que propiciou a valorização da melancia e do leite.

Paralelamente a estas atividades, a criação da Escola de Massaroca foi decisiva como suporte de animação. A escola foi concebida como um Centro de Educação Popular Integrada e tornou-se, rapidamente, um meio privilegiado de realização de novas atividades. Ofereceu aos jovens, em primeiro lugar, oportunidades de educação, a fim de completar a sua escolarização primária nos locais de residência, por um custo baixo, e continuando a viver e trabalhar na exploração agrícola da família. As ações de formação profissional ou permanente permitiram a alguns jovens adquirir novas qualificações (agricultura, artesanato, serviços, gestão, entre outras) e permanecer na região, com novas ocupações (artesão do couro, mecânico, queijeiro, entre outras). No entanto, foram as mulheres que, sobretudo, investiram e ocuparam este espaço de educação. Primeiro, pediram cursos de formação em matéria de artesanato e decoração (cerâmica, pintura sobre vidro e sobre tecidos, culinária, entre outros) que, se não fosse contemplado em nenhuma atividade produtiva ou comercial, podia ser desempenhado em termos de poder e organização das mulheres. Estes cursos "fantasiosos",

desprezados pelos cônjuges, proporcionaram reuniões entre elas com um estatuto novo, sem o controle dos homens, com o apoio dos técnicos e educadores do centro de formação.

O trabalho das comissões, a qualidade da equipe pedagógica e o dinheiro proveniente do lote irrigado traduziram-se em um novo dinamismo. As comunidades reforçaram os laços internos e mobilizaram mais recursos externos. Posteriormente, a eletrificação modificou a vida cotidiana.

O sucesso social é indiscutível, mas as melhorias foram, sobretudo, ligadas às transferências públicas coletivas (projetos sociais do governo) e individuais (essencialmente a aposentadoria). O desempenho econômico foi menos evidente. A avaliação do projeto deve ser feita levando em conta estes dois pontos.

Resultados e impactos do projeto

Medir os resultados e impactos do projeto de Massaroca é um exercício difícil, devido à complexidade e à heterogeneidade das ações efetuadas. Como medir e diferenciar o que está relacionado às grandes evoluções econômicas, aos dinamismos agrários e às ações do projeto, sobretudo no Brasil do fim dos anos 80, onde a inflação atingia 150% por mês?

As condições de vida das famílias melhoraram. Os recursos hídricos aumentaram, a eletricidade se difundiu, as casas foram renovadas ou aumentadas, a educação e os cuidados de saúde melhoraram. Pouca ou nenhuma destas modificações foi constatada nas comunidades não abrangidas pelo projeto. O reconhecimento dos produtores como força política progrediu. Os produtores souberam influenciar nas ações desenvolvidas na região. Ficaram mais hábeis para mobilizar fundos e ajudas diversas. A organização dos produtores e o acesso à informação foram determinantes. O interesse e a importância de espaços de diálogo foram confirmados. A escolha de construção deste espaço de diálogo em torno da elaboração de um projeto foi validada.

Na sua primeira fase, o projeto ficou centrado na apropriação dos recursos naturais pelo movimento de construção de cercas e de implantação de forragem. A estratégia era bem identificada e antiga. O projeto proporcionou a alavancagem desse processo: difundiu as soluções técnicas e garantiu os meios financeiros necessários. Entre 1987 e 1992, a superfície cercada duplicou.

O processo de fechamento do espaço exacerbou as diferenças sociais e foi bastante seletivo. Comparando as estruturas de produção entre 1987 e 1992, De Choudens (1992) demonstrou que a diferenciação dependeu, por um lado, da disponibilidade financeira e da

força de trabalho na estrutura familiar de origem, que permitem as tomadas de risco e, por outro lado, do grau de adesão ao projeto. Os grandes produtores mobilizaram e monopolizaram os meios de produção, a terra e o crédito concedido aos que podem pagar independentemente dos riscos. A lógica do banqueiro foi adotada normalmente pelos responsáveis da gestão do fundo de crédito. Os líderes foram favorecidos pelos projetos. Os atores mais fracos, menos habituados a pensar o seu espaço para transformá-lo, por conseguinte, menos susceptíveis para responder facilmente a primeiros trabalhos de animação, ficarão marginalizados.

Gradualmente, foram instaladas as leis da competitividade e da exclusão. As comunidades ficaram partilhadas entre dois objetivos contraditórios: a procura da competitividade necessária para o desenvolvimento económico e a vontade de um desenvolvimento controlado. O diálogo social tornou-se difícil. Num primeiro tempo, o projeto não conseguiu encontrar proposições alternativas para a estratégia de apropriação do espaço. A diversificação económica não foi possível. As experimentações com irrigação e apicultura, entre outras, não tiveram sucesso.

É pela retomada da animação, da discussão e do diálogo com todos os agricultores que foi possível criar novos campos de atividades económicas e também culturais. Este resultado tornou-se possível, também, porque os recursos não faltaram e a aposentadoria corrigiu de maneira durável as distorções económicas ligadas à competitividade.

Ensinamentos e recomendações

Dois eixos de avaliação parecem impor-se. O primeiro refere-se à evolução do que pode ser chamado de processo interno: como reagem as comunidades em resposta ao desafio da integração? Como evoluem as regras e os hábitos sociais de solidariedade, circulação da informação e tomada de decisão? A experiência em Massaroca teve resultados positivos. A partir de uma pedagogia do "desenvolvimento", permitiu-se aos produtores o acesso a informações que confrontaram e afirmaram as suas estratégias de integração ao mercado. De Choudens (1992), mostrou a relação direta existente entre o acesso à informação, dinamismo e melhoria da situação social. A importância das redes de proximidade e os sistemas de conhecimento localizado na divulgação da inovação foram confirmados.

O processo de desenvolvimento, também, contribuiu para a organização dos produtores e alterou, localmente, as relações tradicionais de dependência. As instituições e os serviços públicos evoluíram e levaram em conta as necessidades e os desejos das populações

locais. No entanto, esse processo também aumentou as diferenças sociais. A escolha inicial da integração ao mercado reduziu as possibilidades de autonomia. Orientações do tipo agricultura ecológica, procurando valorizar, da melhor forma possível, o conjunto dos recursos naturais, permitem atividades mais inovadoras e mais agregadoras de valor, pois adquirem um caráter menos competitivo. Por último, as formas da animação devem ser reexaminadas. A cumplicidade entre os líderes e a intervenção podem ser perigosas. O dinamismo pode ser desviado. O processo não pode ser confiscado pelos líderes e pelos técnicos. É o papel da intervenção garantir os questionamentos necessários para dinamizar as redes e evitar as ordens estabelecidas.

Perante esta necessidade de animação permanente, as instituições de Estado apresentavam limitações. Qualquer que seja a qualidade dos agentes, estes são prisioneiros das estratégias das instituições. Não é por acaso que o trabalho de animação, na segunda fase, foi realizado por uma ONG.

O segundo eixo de avaliação refere-se ao impacto real de operações voluntárias mais localizadas e limitadas no tempo perante os grandes movimentos da história. A ação para a mudança social continua difícil e a sua avaliação não é fácil. Esta avaliação oscila freqüente e demasiadamente entre uma visão pessimista e negativa, quando compara os meios dos quais dispõe e os desafios que deve enfrentar, e uma apreciação entusiasta, quando ela valoriza, freqüentemente por razões estratégicas, as operações. Qual é a representatividade deste tipo de operação em termos técnicos, econômicos, sociais e políticos? Qual é a importância dos acervos de experiências e como utilizá-los de maneira eficiente na definição das políticas públicas?

Imaginar e construir políticas de apoio à Agricultura Familiar e, também, propiciar a aceitação por outros atores, significa organizar as relações econômicas, financeiras, sociais e políticas entre organizações camponesas e os outros atores. Há necessidade de estruturas de diálogo entre os diferentes agentes econômicos para elaborar, acompanhar e avaliar um plano de desenvolvimento regional harmonioso. O termo harmonioso é, provavelmente, ingênuo e utópico. Subentende uma consideração das necessidades do conjunto da população, conciliando o curto prazo e o longo prazo, os interesses específicos e gerais. Estas estruturas devem estar, principalmente, em locais de formulação coletiva dos problemas e de pesquisa de soluções adequadas. A coordenação entre atores diversos (agricultores, industriais, investigadores, agentes de desenvolvimento e instâncias de decisões políticas) é essencial para construir novos mecanismos de regulação e tomada de decisão. A descentralização faz do município local privilegiado do exercício, novo e de diálogo entre os diferentes atores sociais.

Conclusão

A dinâmica de organização das comunidades de Massaroca é marcada, sobretudo, pela capacidade de adaptação dos agricultores à evolução e à variabilidade das condições de produção. Portanto, não é nenhuma surpresa verificar uma capacidade de adaptação social frente às importantes mudanças institucionais e sócio-econômicas dos últimos 30 anos.

A análise dos processos da ação coletiva em Massaroca permite entender melhor a articulação entre transformações sociais, inovações técnicas e o contexto institucional, ou, em outras palavras, ação externa. As mudanças nas formas organizacionais, observadas em Massaroca, traduzem diversas formas de manejo da transição entre uma economia camponesa regulada pela reciprocidade de sistemas mistos e uma integrada aos mercados regional e nacional.

Apesar de dificuldades de acesso às informações, de problemas no manejo e na administração dos projetos ou de domínio das regras do mercado, importantes benefícios coletivos e individuais foram obtidos, por meio da dinâmica de desenvolvimento local: infraestrutura de educação, recursos hídricos, acesso ao crédito, assistência técnica e capacitação, dentre outros. Mas o maior ganho do processo de organização foi, seguramente, a aquisição de uma capacidade de construir e implementar projetos individuais e coletivos, mobilizando informação, recursos humanos e financeiros e equipamentos novos.

As experiências em Massaroca permitem, também, identificar com precisão os eixos de atuação das instituições de pesquisa e de desenvolvimento. Opõem-se ao discurso dominante de muitos políticos e de diversas instituições quanto à ausência, à fraqueza ou à incapacidade de organização dos pequenos produtores do Nordeste, habitual contraponto para justificar medidas emergenciais contra as secas e para explicar o inaceitável. O modelo de evolução das formas de organização proposto pelos agricultores de Massaroca oferece um quadro sobre qual ação pública poderia apoiar-se para conceber uma assistência técnica e financeira mais adaptada ao objetivo de fortalecer a Agricultura Familiar.

Nesta perspectiva, o debate atual sobre a estratégia de desenvolvimento rural pode ser percebido como uma continuidade ao trabalho de Massaroca.

Bibliografia

- CARON, P. *Espace, élevage et dynamique du changement : analyse, niveaux d'appropriation et actions. Le cas du Nordeste semi-aride du Brésil*. 1998. 396 f. (Docteur en géographie) - Université Paris X-Nanterre.
- DE CHOUDENS, N. *Etude de l'impact sur le terrain du projet de R/D de Massaroca Etat de Bahia, Brésil*. Mémoire de fin d'études CNEARC/ESAT 1992, Montpellier: CIRAD-SAR, 70 p. + annexes.
- KILIAN, J. *Approche morphopédologique dans la région d'Ouricuri*. Montpellier: IRAT/GERDAT; Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1980. 29 p.
- MONET, J. *Mémoires*. Paris: Fayard, 1976. 2 v.
- MONTOVANI, L.E; RICHE, G.; FOTIUS G., MIRANDA, E. E. *Zoneamento agro-ecológico do tropico semi-arido: relatórios de pesquisas*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1986. 107 p.
- RICHÉ, G.; TONNEAU, J.P. Stratification du milieu: l'exemple de Ouricuri. *Cahiers de la Recherche Développement*, Montpellier, n.24, p. 57-75, déc. 1989.
- SABOURIN, E.; SILVA, P.C.G.; CARON, P. *Estudo das trajetórias de desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias*. Atelier Caravelle, Toulouse, n.7, p. 53- 72, sep. 1996.
- SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. *Réseaux de proximité et diffusion des innovations techniques: le cas des communautés paysannes de Massaroca (Bahia, Brésil)*. In : Des protestantismes en lusophonie catholique. Paris: CEAN; Karthala: MPI. 1998, p. 67-89.
- SANTANA, R. A. de; OLIVEIRA, J. de S.; CARON, P. *O zoneamento por entrevista de pessoas chaves: proposta metodológica para subsidiar o planejamento municipal*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 32, 1994, Brasília, DF. Anais...Brasília: SOBER, 1994. v.2, p. 1073. Resumo.
- SAUTIER, D.; CARON, P.; SILVA, P.C.G. da; MONTEIRO, O.C.; HOLANDA NETO, J.de. Diagnostic rapide de commercialisation des produits de l'agriculture familiale. In: SCOTT, G. GRIFFON, D. (Ed). *Méthodes de marketing agro-alimentaire pour les pays en développement*. Paris: CIRAD/CIP, 1998.
- SILVA, F.B.R.e; RICHE, G.; TONNEAU, J.P.; SOUSA NETO, N. C. de; BRITO, L. T. de; CORREIA, R.C.; CAVALCANTI, A.C; SILVA, F.H.B.B da; SILVA A. B da; ARAUJO FILHO, J.C.; LEITE, A P. *Zoneamento agroecologica do Nordeste: diagnostico do quadro*

natural e agrossocioeconomico. Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA; EMBRAPA- CNPS – Coordenadoria Regional do Nordeste, 1993. 2 v. 1 mapa. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 80).

SILVA, P.C.G.da; SAUTIER, D.; CARON, P.; CARVALHO FILHO, O.M.de; HOLANDA NETO, J.de; ANDRADE, N. *Diagnóstico rápido do sistema de comercialização e transformação do leite e derivados no município de Nossa Senhora da Glória-SE*. Petrolina-PE: EMBRAPA-CPATSA, 1995. 25 p. Documento de trabalho.

TONNEAU, J. P. *Modernisation des espaces ruraux et paysannerie : le cas du Nordeste du Brésil* Nanterre. 1994. 459f. These (Doctour en Géographie). Université de Paris-Nanterre,.

TONNEAU, J.P. *Os SIP's : avaliação e ensinamentos*. Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA, 1987. 37 p.

EMBRAPA. CPATSA. Unidade Regional de Capacitação e Apoio ao Desenvolvimento do Nordeste - URCA-NE (Petrolina-PE). *Contribuição ao desenvolvimento regional : um desafio para URCA Nordeste*. Petrolina, 1994. 40 p.